

POLITICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO DO CAMPO E A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS - PNPB: INTERFACES E CONTROVÉRSIAS

Euzemar Fatima Lopes Siqueira¹

Resumo

O Selo Combustível Social instituído pelo Governo Federal como Política Pública de Estado, a finalidade de concessão de créditos aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da compra de 10% da matéria-prima para fabricação do biodiesel de pequenos produtores rurais. Nesse contexto, estão inseridos os pequenos agricultores nos Assentamentos do Município de Campo Verde – MT que comercializam parte da produção com empresas como a BIOCAMP e a BIOBRAS . Diante da realidade descrita, a presente pesquisa busca investigar em que medida o Selo Combustível Social, aplicado à política do Biodiesel em Mato Grosso, propicia a maior autonomia do pequeno produtor rural. A metodologia utilizada foi a pesquisa social empregando técnicas de análise documental, observação direta e a realização de entrevistas estruturadas e semi- estruturadas. Observou-se que para as empresas o selo combustível social é uma maneira de participar do leilão da Petrobrás. Para o poder público, o Selo Social uma maneira de apoiar o Pequeno Produtor Rural, através de parcerias, mas é notável que o mesmo não consegue gerenciar a sua produção, gerenciado pelo Empresário. Na visão dos assentados, esse selo é “só documento”, ficando o pequeno produtor sempre com os prejuízos.

Palavras-Chave: Selo Combustível Social; Biodiesel; Agricultura familiar e Educação Formal.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMT. Professora efetiva da rede de ensino Secretaria de Estado de Mato Grosso Brasil. E-mail: zemabrasil@gmail.com

Introdução

A Educação é um direito público subjetivo, sobre a responsabilidade do Estado, em todos os seus níveis e modalidades de ensino, entretanto as escolas do campo sempre serviram de apêndice para as escolas urbanas, pois, na visão do poder público, as escolas localizadas na zona rural deveriam acabar, já que o campo se tornaria altamente mecanizado e desta forma não haveria muitos habitantes nele. “Não havendo desta maneira a necessidade de se trabalhar com a especificidade do campo e a valorização de seu povo, pois esse desapareceria no decorrer do tempo” (ARROYO,1999).

O governo elabora políticas de inclusão social, como forma de inserir os pequenos produtores na cadeia produtiva do país, não levando em conta a educação escolarizada, e a ausência desta marca o insucesso das políticas instituídas pelo governo, como se pode perceber no ato da pesquisa, sendo esta questão um dos pontos norteadores da mesma.

O objetivo deste artigo é discorrer como se dá a relação entre o macro e o micro empresário, que muitas vezes pode até ser uma multinacional com o pequeno produtor rural, e, compreender este processo de inclusão, não levando em conta a escolaridade dos agricultores familiares.

O instrumento utilizado para a inclusão dos pequenos agricultores é o Selo Combustível Social instituído pelo Governo Federal, como política pública de Estado, que tem como finalidade a concessão de créditos aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da compra de 10% da matéria-prima para fabricação do biodiesel de pequenos produtores rurais. Nesse contexto, estão inseridos os pequenos agricultores nos Assentamentos do Município de Campo Verde – MT, que comercializam parte da produção com empresas como a BIOCAMP e a BIOBRAS. Entretanto, nem sempre com resultados positivos, que contribuam com a melhoria da sua base econômica. Diante da realidade descrita, a presente pesquisa buscou investigar em que medida o Selo Combustível Social, aplicado à política do Biodiesel em Mato Grosso, propicia a maior autonomia do pequeno produtor rural e se o insucesso de alguns produtores está atrelado à falta de formação através da educação formal. A trajetória metodológica esteve centrada na

pesquisa social priorizando as técnicas de análise documental, observação direta e a realização de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. A rede de atores sociais que participaram da pesquisa, foi definida a partir da participação indireta, como no caso dos gestores públicos que apóiam a execução da PNPB e das políticas educacionais, na participação direta, ou seja, agricultores familiares assentados pela reforma agrária e alguns gestores de empresas privadas. Os dados foram analisados na perspectiva da pesquisa qualitativa.

Desta forma, busca-se demonstrar a relevância da educação formal e política no desenvolvimento regional, buscando compreender e refletir sobre a importância de se elaborar as políticas públicas para o campo. Onde haja uma real inclusão social, que dê autonomia aos camponeses, levando em conta o tripé da reforma agrária “infra-estrutura - educação - terra”.

Educação do Campo como estratégia da reforma agrária

A Educação é um direito público subjetivo de todos e todas e dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 1988, porém a maior parte das avaliações do sistema educacional brasileiro reconhece a “dívida social” com os analfabetos adultos e com os alunados da zona rural.

Segundo Andrade e Di Pierro (2004), os diagnósticos de 2004 demonstram que 45% das crianças de 4 a 6 anos e 10% de 07 a 14 anos não freqüentam a escola, seja pela inexistência de centros educativos próximos às moradias, pela falta de transporte escolar, ou por condições de vida de suas famílias, onde a criança e o jovem têm que trabalhar desde cedo na roça ou em casa. O analfabetismo absoluto era a condição à qual estavam submetidos 3 em cada 10 jovens ou adultos habitantes de zonas rurais. A escolarização média não alcançava quatro anos de estudos.

Dias (2006) coloca que a Reforma Agrária, quando pensada como política, vai contra uma lógica que se contrapõe à do *agribusiness*, pois a tese defendida é que o Brasil caminha para um processo inexorável de urbanização e que a terra não cumpre seus objetivos sociais, atrapalhando o desenvolvimento econômico do País, portanto não é necessária uma educação voltada para a valorização da cultura do campo.

O País possui hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que dedica o artigo 28 para a educação rural, indicando a adaptação de calendários às

condições climáticas e fases do ciclo agrícola, assim como a contextualização à organização escolar, aos currículos e metodologias de ensino e às características da vida e cultura rurais.

O indicativo de adaptar os conteúdos, os calendários e o material didático às condições de vida do meio rural traz a idéia de se propor um modelo único de educação, adaptável aos especiais, aos diferentes, como os indígenas, camponeses, meninos de rua, portadores de necessidades especiais (ARROYO, 1999).

Segundo Andrade e Di Pierro (2004), a existência de um marco jurídico adequado não foi suficiente para garantir e impulsionar políticas públicas específicas, pois oscila entre o descaso e o desconhecimento da problemática, já que o mesmo não tem enfrentado a questão da diversidade sociocultural das populações do campo, onde convivem identidades plurais.

A Educação é considerada pelos movimentos sociais do campo como um dos elementos fundamentais para a garantia de permanência deste sujeito no campo, sendo considerado um dos apoios essenciais para as famílias se adaptarem nas áreas destinadas à sua ocupação e para não se sentirem tão desterritorializadas' (RECK, 2007).

As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, Parecer nº 36/2002 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica, homologado pela Resolução nº 01/2002 - CNE/CEB são consideradas uma conquista para os povos do campo (FERNANDES, 2004).

Segundo Reck (2007), as diretrizes operacionais são um conjunto de princípios e procedimentos para adequar o projeto institucional das escolas do campo às diretrizes nacionais, vinculando sua prática à realidade, à temporalidade, à ciência, à tecnologia e aos movimentos sociais, para consolidar os seguintes valores: o exercício da cidadania plena; a justiça social; a solidariedade; o diálogo entre todos; a expressão de todos os setores; o espaço público de investigação; estudos do mundo do trabalho; e desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Segundo Reck (2007, p. 25):

A decisão de propor uma política que apóie o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais resulta de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil. As análises apontam para o fato de que as

políticas públicas implementadas nas últimas décadas não conseguiram melhorias substanciais na qualidade de vida da população. A maior evidência dessa afirmação é o aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades regionais, setoriais e econômicas.

Nesse processo a educação é uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável, é uma força mobilizadora capaz de articular a inovação para a transformação da realidade produtiva, ambiental, política e social.

Políticas Públicas para o setor rural brasileiro

Segundo Delgado (2009), “as políticas públicas para o campo ou setor rural brasileiro recebem intervenção do Estado, especialmente na agricultura, e dentro da política econômica pode se destacar dois tipos: a política de macroeconomia e a política setorial”.

Assim a política macroeconômica se preocupa com os grandes agregados da economia, tanto em termos de quantidade, como nos fluxos de entrada e de saída de divisas estrangeiras e de capital externo. Esta política é composta fundamentalmente pela política fiscal, monetária, comercial e cambial, desta forma influenciando diretamente o nível e a composição da demanda agregada (consumo + investimento), a taxa de crescimento da renda nacional e do produto interno bruto.

A política setorial refere-se à política econômica formulada e tem como objetivo influenciar no comportamento econômico social de um setor característico da economia nacional, como a indústria, a agricultura, os transportes, entre outros. E para a agricultura destacam-se três tipos de política econômica setorial: a agrícola, a agrária e a política diferenciada de desenvolvimento rural:

- Política agrícola - visa afetar tanto o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnologia, uso da terra, infra-estrutura econômica e social, carga fiscal, etc.), que determinam seu comportamento de longo prazo.
- Política agrária - como objetivo tradicional, intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra, prevaiente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente

apropriada privadamente (política de reforma agrária). (...) política agrária é eminentemente uma política estrutural – de intervenção direta em estruturas existentes, tendo em vista sua alteração ou consolidação.

- Políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural - são dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e muitas vezes assumem ou assumiram, como no Brasil, um caráter de desenvolvimento rural regional – como foi, por exemplo, o caso do Polonordeste e do PAPP. Como efeito, as políticas de desenvolvimento rural representam, em princípio, tentativas de integração da política agrícola e da política agrária observando a sustentabilidade local (grifo nosso) (DELGADO, 2009, p.25).

Segundo Moreira (2008), no Brasil as políticas públicas agrária e agrícola, apesar de excludentes, atingiram um significativo espaço territorial e, com uma organização social consistente, impetraram políticas públicas específicas de promoção. A aprovação da Lei Federal nº 11.236, de julho de 2006, para Agricultura Familiar, dá suporte aos conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A autoridade da Agricultura Familiar, em forma de Lei, pode ser considerada como um importante instrumento de política pública, tendo como mérito a identificação da diversidade de práticas agrícolas, que necessitam ser tratadas de formas diferenciadas, especialmente nas formulações de políticas de crédito e de assistência técnica. Com o reconhecimento desta modalidade o Brasil abre caminho para que a política de apoio ao seu desenvolvimento seja tratada como um compromisso, não mais de Governos, que podem ser mais ou menos simpáticos a essa atividade, mas sim, assegurando Política de Estado permanente (MOREIRA, 2008).

Dentre as políticas e programas para o fortalecimento da agricultura familiar se destaca o Programa Nacional de Produção do Biodiesel, instituído pela lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, por ser considerado como fronteira de inovação, trazendo consigo a política de inclusão social do pequeno produtor, oficializada pela Instrução Normativa nº 01/2005, complementada em setembro pela Instrução Normativa nº 02/2005, que dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do selo combustível social, reeditada sob o nº 01 de Atualização em 2009, dispondo sobre

os créditos e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social.

Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)

O PNPB é um programa de caráter interministerial do Governo Federal, que tem por finalidade a produção e uso do Biodiesel, cuja implementação se dá de forma sustentável, nas dimensões técnica e econômica, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, com a garantia de preços competitivos, qualidade e suprimento, e cuja produção deve ser a partir de diferentes fontes de oleaginosas, em diversas regiões.

O Brasil, devido a sua experiência com pesquisa e iniciativa para a utilização do biodiesel foi o primeiro país a patentear o processo de produção de combustível dessa natureza, dando sustentação para a criação deste programa.

Selo Combustível Social

O Selo Combustível Social foi instituído através do Decreto nº 5.297/2004, com a finalidade de concessão ao produtor de biodiesel, promovendo a inclusão social da agricultura familiar que forneça matéria prima, ficando sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário a concessão, renovação e cancelamento do SCS a produtores de biodiesel, incorporando aspectos econômicos, ambientais e principalmente o aspecto social, trazendo a possibilidade de conciliar sinergicamente todas as potencialidades.

Um das características mais marcantes do Selo Combustível Social é a relação que este favorece entre o agronegócio e a agricultura familiar, pois as regras admitem a produção de matéria prima por meio de diversas culturas de oleaginosas e o uso de tecnologia em área plantada. Para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é prevista uma área em torno de 15 milhões de hectares, o equivalente a 1% dos 150 milhões de hectares plantados e disponíveis para a agricultura no Brasil, não incluindo as regiões ocupadas por pastagens e florestas.

A Instrução nº 01/2009 indica que os agricultores familiares terão acesso à linha de crédito do Pronaf por meio de bancos que operam no PNPB, assim como acesso a assistência técnica fornecida pelas empresas que possuem o SCS.

Análise e Conclusão

O Estado de Mato Grosso inicia o processo para efetivação de suas políticas públicas pela regulamentação das Bases Legais, para atender à demanda existente no Estado, em consonância com o que ocorreu em nível nacional. Desta forma o Conselho Estadual de Educação aprova o Parecer nº 202-B sobre a Educação do Campo, homologado pela Resolução nº 126/2003-CEE/CEB/MT, instituindo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso, sendo definido o papel e a responsabilidade do Poder Público.

Em parceria com o Ministério da Educação, a SEDUC realiza em outubro de 2004, o primeiro Seminário Estadual de Educação, sendo elaborada e aprovada uma Carta de Intenção de Mato Grosso evidenciando ações a serem desenvolvidas pelo Poder Público, com a preocupação de divulgar e implementar as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, buscando definir o papel do poder público, parcerias e movimentos sociais, sendo que umas das primeiras reivindicações é a instituição de uma Coordenação de Educação do Campo nas Secretarias Municipais e SEDUC, com o objetivo de elaborar e operacionalizar políticas públicas para a Educação do Campo.

Em 2005 é instituída, informalmente, uma equipe de Educação do Campo para coordenar as ações voltadas para essa especificidade, tendo como umas das primeiras ações a realização de um evento em parceria com a UNEMAT, campus de Sinop, denominado “I Seminário do Norte de Mato Grosso sobre a Educação do Campo”, cujo objetivo principal foi a realização de um Fórum Estadual de Educação do Campo com a finalidade de inserir um Capítulo no Plano Estadual de Educação.

O Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso foi homologado pela Lei nº 8806/2008, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e destina o seu capítulo 11 (onze) para a Educação do Campo, com os seguintes objetivos: universalizar a oferta da educação básica no campo; garantir infra-estrutura adequada para o acesso e a permanência dos alunos no campo; construir com as comunidades

escolares locais uma proposta pedagógica voltada à realidade. Para cada objetivo foram instituídas metas para serem cumpridas nos próximos 10 anos.

A Carta de Mato Grosso foi elaborada durante a realização do I Seminário Nacional da Educação do Campo, que ocorreu no Estado de Mato Grosso, no ano de 2006, trazendo as linhas políticas para a Educação do Campo, no qual foi assumido o compromisso por todos os Secretários de Educação do país.

Segundo Garcia (2008), os desafios para a construção de políticas afirmativas para a educação do campo, a partir do seminário matogrossense realizado em 2004, foram constituir o Comitê Estadual de Gestão de Educação do Campo, com representação de movimentos sociais do campo, sindicato, entidade, órgão e governo, para propor, acompanhar e fiscalizar as políticas de fortalecimento da educação do campo e a operacionalização da Carta de Mato Grosso.

O Comitê Estadual de Gestão de Educação do Campo, dentro do processo de construção da Educação do Campo em Mato Grosso, teve um papel primordial nas suas contribuições, ao pensar no capítulo da educação do campo no Plano Estadual de Educação homologado pela lei nº 8.806/2008, além de ser o provocador para a oficialização do atual comitê denominado de Comitê Institucional Permanente da Educação do Campo do Estado de Mato Grosso - CIPEC, instituído através da Portaria nº 145/2006 da SEDUC, publicada em Diário Oficial, composto pelos seguintes membros: SEDUC, UNDIME, SINTEP, MST, INCRA, SEDER/EMPAER, UFMT, UNEMAT, MPA, MAB, MMC, CEE/MT, FETAGRI, Conselho de Educação Escolar Indígena - CEEI e Comissão Pastoral da Terra - CPT.

A Gerência de Educação do Campo - GEEC, vinculada à Coordenadoria de Modalidades Especiais/Superintendência de Educação Básica da SEDUC - MT, foi oficialmente instituída através do Decreto nº 09, de 10 de janeiro de 2007, cumprindo as recomendações da Carta de Mato Grosso e se tornando um referencial para o atendimento as demandas estaduais para a educação do campo.

Como já vimos, o Governo Federal lança programas como forma de subsidiar, apoiar e implementar a Educação do Campo no país, assim a Secretaria de Estado de Educação assinou a adesão aos Programas Federais para a educação do campo, como Escola Ativa, Projovem Campo e Programa Brasil Profissionalizado.

Segundo a Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Verde, este possui 05 (cinco) escolas municipais que atendem a população do campo, tanto assentados como filhos dos funcionários da fazenda. O município oferta o ensino fundamental, englobando do 1º ao 9º ano. Corrobora que o Ensino Médio é atendido pelo estado e que atualmente existe uma escola do campo estadual atendendo o ensino médio e a EJA do município, com termo de comodato ou através de salas anexas, observando a importância da oferta do ensino médio, pois sem esse atendimento haveria um maior estímulo para a saída do povos do campo.

O governo federal cria uma mega estrutura interministerial para a execução do PNPB, que tem como preocupação a questão ambiental, econômica e, principalmente, a inclusão social, porém, apesar de ser este um dos ganhos mais significativos, não traz, entre os ministérios envolvidos na execução do programa, o Ministério da Educação e, desta forma, em nosso entendimento, não há como elaborar políticas de inclusão, sem se ter como estratégia política as ações voltadas para a educação.

Rossetto (2010) afirma:

A política do PNPB, especificamente a exigência do Selo Social, requer novas aptidões dos agricultores familiares, principalmente que sejam alfabetizados e tenham noções de administração rural, haja vista que estes passam a ser arrendatários por meio de contratos que muitas vezes não compreendem. Aliada a essa conjuntura, as políticas públicas não são efetivadas de forma concomitante, assim, setores como capacitação técnica, alfabetização de adultos e a própria gestão da integração da agricultura familiar às corporações não ocorre, em outras palavras, é preciso haver lugar para mudanças impulsionadas, entre outros fatores, por políticas de públicas paralelas, que ultrapassem apenas as de cunho econômico.

Realidade vivenciada pelos assentados do Assentamento Dom Osório, cuja matéria prima cultivada é a soja, que envolve uma série de especificidades para ser produzida. Desta forma, a técnica do INDEA nos explica que a produção da soja envolve uma logística sofisticada, desde a comercialização, que no caso do Brasil é

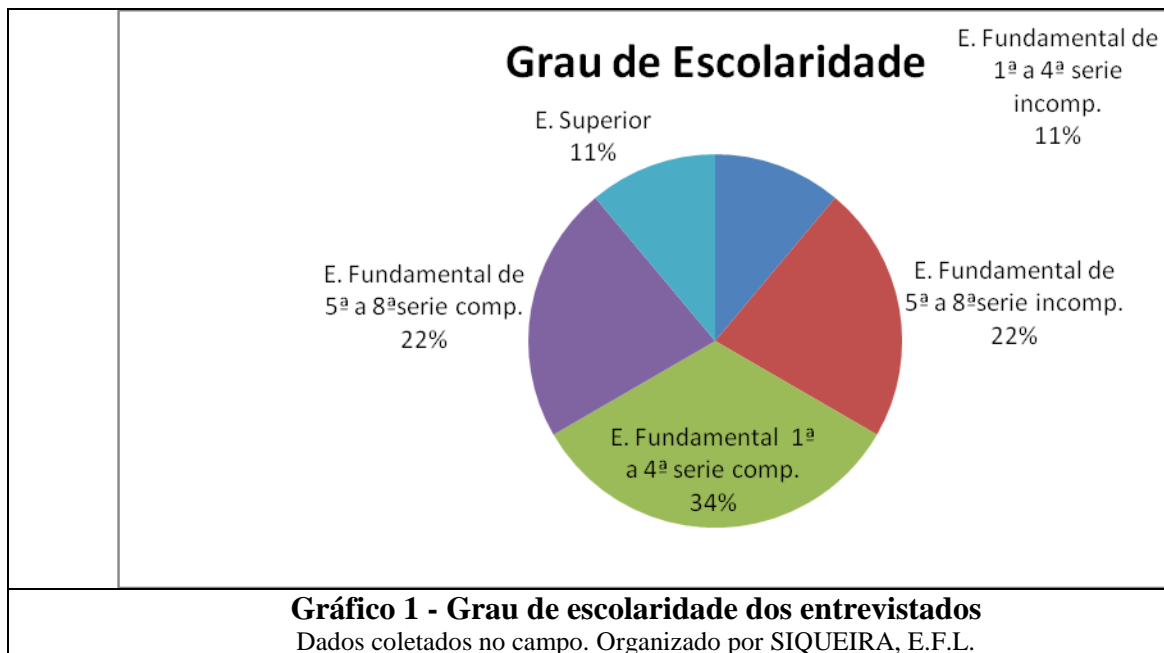
realizada por “venda futura”, na bolsa de valores de Chicago, além da tecnologia utilizada no cultivo, do transporte para o armazém de secagem e da exportação.

Segundo Gonçalves Junior (2009),

Esta política, longe de ser uma forma que pode levar à autonomia destes produtores - os camponeses, coloca-os, na cadeia produtiva do agro-combustível, como força de trabalho produtora de matéria prima de baixo custo (sem encargos sociais, com extensa jornada de trabalho, etc.) e com a produção camponesa organizada para viabilizar maior produtividade da indústria. Tirando dos camponeses a versatilidade de produtos, que, em geral, realizam em suas pequenas áreas de produção. Pois, para aumentar a produtividade das indústrias são obrigados a se especializarem, e isto pode encaminhá-los à monocultura - cana, mamona, pinhão manso, dendê, etc. – levando as regiões em que se encontram estas famílias camponesas a perder um o mosaico produtivo da agricultura familiar, que, ainda hoje, permitem a estes trabalhadores camponeses sobreviverem, controlando parte dos seus meios de produção no interior da produção capitalista.

Buscou-se investigar junto aos assentados como estes percebem a educação para eles e seus filhos e a visão dos envolvidos, com a inserção destes na cadeia produtiva do biodiesel.

O Grau de escolaridade, conforme o Gráfico 1, demonstra a baixa escolaridade dos entrevistados.



Observa-se que a escolaridade dos entrevistados está em nível fundamental, distribuído da seguinte forma: 11% têm o equivalente a 1ª a 4ª série incompleto, 34% já possuem esta etapa concluída; quanto ao equivalente a 5ª a 8ª série, 22% responderam que está incompleto e 22%, que conseguiram concluir o ensino fundamental; porém, dos entrevistados, nenhum possui o ensino médio, e somente 11% têm o nível superior completo em pedagogia e trabalham na escola.

Este fato está relacionado com a faixa etária, pois durante muito tempo o ensino regular no campo era ofertado somente até o quarto ano primário, existiam na localidade as chamadas “escolinhas rurais”, que eram atendidas pelas escolas da prefeitura e quem queria estudar migrava para a cidade. Somente com o passar dos anos é que se ofertava o ensino fundamental completo.

Na percepção do vice presidente da ... a educação é uma necessidade indispensável, a demanda é de 600 (seiscentas) crianças para serem atendidas em todos os níveis, que atualmente estudam na escola municipal da fazenda vizinha; mas a construção da escola estadual irá facilitar para as pessoas adultas voltarem a estudar, pois a escola estará mais próxima e ajudará na alfabetização, para ajudar aos que não sabem escrever.

O representante do MDA explica como a baixa escolaridade prejudica a política do Biodiesel do Governo Federal:

A baixa escolaridade prejudica não só a política do biodiesel, pois com a escolaridade estes teriam compreensão das relações entre si, poderiam se organizar melhor, teriam condições de planejar. A maioria não lê o contrato, e, pelo fato de não fazerem isso, ficam na mão da empresa. A baixa escolaridade prejudica o desenvolvimento do próprio assentamento, e conclui: “conhecimento não ocupa espaço” (Representante do MDA 2010).

O próprio órgão fomentador de políticas de inclusão reconhece que a Educação é fundamental para o desenvolvimento de qualquer política pública. Entretanto, ao se elaborar a política do Biodiesel e a do selo combustível social para a inclusão dos agricultores familiares, percebe-se que não se pensou em desenvolver tal programa casado com um programa de formação para o domínio da técnica, assim como na infraestrutura necessária para se iniciar este programa.

O Secretário de Política Social da FETAGRI avalia que os dados do IBGE indicam que ainda há muito êxodo rural e, para a inversão deste fato, é precioso ter educação, assim como oportunidade de geração de renda, lazer e saúde. Evidenciando que a questão educacional é fundamenta sendo essencial discutir a Educação Ambiental, pois é preciso discutir o novo código florestal e o zoneamento no estado. Coloca que:

São os olhares que se tem sobre a educação. Para as pessoas que vivem no campo é necessário fazer o acompanhamento junto das escolas, devido à extensão do estado. Assim a pessoas que vão atuar nesta área têm que ter um perfil, pois sem o perfil se dificulta a sua formação, que leva algum tempo. A educação do campo é nova em sua implantação, mas há muito tempo os movimentos sociais já vem reivindicando esta forma diferenciada (Representante FETAGRI 2010).

A FETAGRI foi uma das instituições que estiveram presentes no momento da Conferência pela Educação do Campo e demonstra compreensão com relação à Educação do Campo, sendo uma das instituições que reivindicaram um assento junto ao Conselho Estadual de Educação na Câmara de Educação Básica, representando a especificidade da Educação do Campo. Esteve presente na construção da política de

inclusão do pequeno agricultor, na cadeia produtiva do biodiesel, por meio do Selo Combustível Social.

Para a representante do MST a baixa escolaridade dos assentados interfere no sucesso ou insucesso dessa política, pois:

A baixa escolaridade e a falta de um acompanhamento técnico adequado levam as famílias a se inserirem de forma subordinada, sendo que elas ficam suscetíveis a interesses dos grupos que vão produzir o combustível, uma vez que essa fase da produção não está sob controle delas; se as mesmas tivessem uma maior escolaridade, com qualidade de ensino, elas poderiam, a partir da proposta existente, ir ampliando o raio de atuação e organização (Representante do MST 2010).

A representante do MST faz uma reflexão sobre o que representa a baixa escolaridade dentro desta proposta de política de inclusão do pequeno produtor na cadeia produtiva do biodiesel, por meio do Selo Combustível Social, ressaltando que a baixa escolaridade torna o pequeno refém deste processo de inclusão. Observando-se que toda a política pública voltada para a questão agrária e agrícola deve ter em seu bojo um plano de desenvolvimento para a Educação, escolarizada ou não, o MST é um dos movimentos que traz, com uma de suas bandeiras, a educação e alfabetização para os povos do campo.

Segundo Beal (2010), o Secretário do SindiBio afirma que a participação da agricultura familiar é muito pequena diante da produção, apontando como maior dificuldade a falta de experiência desta e que, embora tenha uma boa assistência técnica fornecida pela indústria, é necessário o acompanhamento em todo o processo de produção para se obter um resultado satisfatório.

Para um dos técnicos da Secretaria de Agricultura de Campo Verde, a baixa escolaridade influencia na produção, uma vez que a matriz é criada a partir da grande produção, e que o agricultor familiar é na maioria das vezes um analfabeto funcional, possuindo limitação na leitura e interpretação, o que o leva a resistir às capacitações fornecidas a eles. Ressalta que a educação é a adequação tecnológica, afirma que a tecnologia para o pequeno agricultor não é a do grande e que este precisa entender.

Considera-se que, com as mudanças tecnológicas se faz necessário, por parte do governo, buscar urgentemente a formação dos agricultores familiares, para uma melhor efetivação das políticas públicas voltadas para o campo, assim como, para que esta traga o desenvolvimento regional sem a subordinação dos agricultores ao sistema capitalista.

Bibliografia

- ANDRADA, Marcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. A Construção de uma Política de Educação na Reforma Agrária. In: ANDRADA, Marcia Regina *et al.* **Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**. Brasília-DF: Editora Ação Educativa, 2004. p. 19-36.
- ARROYO, Miguel. Prefácio in: KOLLING, Edgar Jorge *et al.* **Por uma Educação Básica do Campo**., Brasília-DF: Editora PERES, 1999. p. 07-19.
- BEAL, Simoni Gardin. **Pequena Produção Rural Familiar e o Selo Social: Assentamento “28 de Outubro” Campo Verde**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: UFMT, 2010.
- BRASIL. Constituição Federal, 1988.
- DELGADO, Nelson Giordano. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre-RS: Editora UFRGS, 2009.
- DIAS, Agmir de Carvalho. **Reforma Agrária e Educação**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acessado em 23 de junho de 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretriz de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.
- FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**. 14ª ed. Porto Alegre-RS: s.n., 2006.
- GARCIA, Rodney. **Consolidação das Políticas Educacionais do Campo**. Tangará da Serra-MT: Ed. Tangará, 2008.
- GONÇALVES JUNIOR, 2009.
- GRAZIANO SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

MOREIRA, Marcelo Carlos. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: A Implantação do PRONAF no Assentamento Corixinha - Cáceres-MT.** Monografia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT: UFMT, 2008.

RECK, Jair (Org.). **Novas perspectivas para a educação do campo, contexto e concepções: (re)significando a aprendizagem e a vida.** Cuiabá-MT: Defanti, 2007.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Agricultura Familiar Mato-Grossense e sua Inserção na Cadeia do Biodiesel: Limitações e Possibilidades.** Cuiabá-MT: s/ publ., 2010.